

Para empresários, decisão é ‘amarga e inoportuna’

*Mas o FMI
considera a elevação
dos juros ‘muito
adequada e necessária’*

As medidas anunciadas na quarta-feira pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC) – aumentar a taxa básica de juros de 25,5% para 26,5% e elevar o compulsório sobre os depósitos à vista – receberam duras críticas por seu efeito recessivo. A decisão deve tornar o crédito ainda mais caro, reduzir vendas e aumentar o desemprego. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por outro lado, elogiou. O chefe da missão do FMI, Jorge Marquez-Ruarte, disse ontem, em Brasília, que a elevação da taxa de juros pelo Copom foi uma medida “muito adequada e necessária para baixar a inflação”. Ao ser questionado se seria suficiente para estancar a alta de preços, já estimada pelo mercado em 12% ao final de 2003, ele afirmou apenas: “vamos saber”.

A visão não é compartilhada por empresários. Para o diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, o primeiro semestre está “perdido” para o varejo. O encarecimento do crédito deve paralisar as vendas a prazo nos próximos meses. Solimeo questionou o efeito no câmbio do aumento no compulsório de 45% para 60% dos depósitos à vista. Ele acredita que só haveria uma queda no dólar se a especulação estivesse sendo motivada “por muito dinheiro nas tesourarias dos bancos”. Caso o dólar alto estivesse mais vinculado à instabilidade do cenário externo e à escassez de entrada da moeda estrangeira no País, o efeito do compulsório sobre a cotação do dólar seria mínimo.

A indústria já não considera possível atingir o crescimento modesto de 2% do Produto Interno Bruto este ano. O presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), deputado federal Armando Monteiro Neto (PMDB-PE), disse que apesar das medidas “recessivas, amargas e lamentáveis”, não haverá efeito expressivo sobre a inflação, “que é de custos, e não de demanda”.

O economista-chefe do BicBanco, Luiz Rabi, concordou que o resultado das medidas tomadas pelo BC será a recessão: “Os bancos terão agora de recolher junto ao BC, sem remuneração, 60% do volume dos seus depósitos à vista. Mas, como o mercado é um oligopólio, as taxas de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas subirão para compensar a perda de rentabilidade causada pela alta do compulsório.”

Na visão do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Robson Braga de Andrade, a decisão do BC de elevar os juros pode ter reflexos ruins na área fiscal, pois os problemas trazidos para a geração de emprego e renda teriam como consequência uma redução no recolhimento de impostos e encargos sociais.

Andrade, que participa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, classificou como “inoportunos” os aumentos na taxa básica de juros e no compulsório sobre os depósitos à vista, levando-se em conta o quadro de atividade econômica desaquecida e a forte entrada de capitais externos de curto prazo desde janeiro. “A continuar desta forma, o programa Fome Zero terá de ser muito ampliado, pois teremos mais desempregados”, disse.

A queda na arrecadação não seria o único efeito fiscal perverso do aperto na política monetária do BC. Segundo o economista-chefe da Global Invest, Marcelo de Ávila, 63,5% do esforço fiscal que o governo brasileiro tem feito será consumido pela alta de 8,5 pontos percentuais dos juros, desde outubro. Ele calcula que o aumento de um ponto percentual anunciado na quarta-feira elevará em R\$ 3,93 bilhões anuais a dívida pública, ou R\$ 327 milhões por mês. Segundo Ávila, o BC não levou em conta o atual processo de desaceleração da inflação. Para o economista, não fosse pelos sucessivos aumentos dos combustíveis, que têm preços administrados pelo governo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) já apontaria uma clara tendência de queda. (Adriana Fernandes, Rodney Vergili, Francisco Carlos de Assis e Raquel Massote/AE)